

PARECER Nº 38

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS REF AO MÊS DE MAIO DE 2026

Este Relatório está em consonância com as disposições constantes no Manual do Pró Gestão RPPS e com o Decreto nº 7.096 de 31/03/26, que trata da criação e regulamentação do Comitê de Investimentos na Prev São José.

No dia 16 de junho de 2026, às 10h00min, os membros do Comitê de Investimentos reuniram-se na sede da Autarquia para participar da 111ª Reunião Ordinária com o objetivo de analisar o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de maio de 2026.

Conforme pauta da Ata, foram analisados: **1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA PREV SÃO JOSÉ - MAIO DE 2026; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS; 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS E AJUSTES ESTRATÉGICOS e 4) REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 - ADEQUAÇÃO DO QUADRO DE ALOCAÇÃO.**

Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de investimentos da carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 0,83%, ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a maio) em 5,77%. No segmento de renda fixa o retorno foi de 0,97%, enquanto na renda variável e no segmento de investimentos no exterior a carteira registrou retorno de -1,09%. A carteira de investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com PL total de R\$ 2.166.490.063,99. O IPCA teve variação de 0,58% no mês, resultando em meta atuarial de 5,49% para o período (janeiro a maio), com atingimento de 105,19%. A Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ apresenta diversificação adequada e proteção consistente para o momento, com 92,91% em renda fixa e 7,09% em renda variável. Os fundos atrelados ao CDI concentram 21,11% da carteira, seguidos pelos fundos vértices de longo prazo com 12,10% e pelos títulos públicos federais com 11,56%. Os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com a Resolução nº 5.272, de 18/12/25, do CMN e com a Política de Investimentos da Autarquia, ressalvados os desenquadramentos passivos já registrados em atas anteriores, decorrentes das alterações introduzidas pela referida resolução, os quais estão sendo monitorados e ajustados dentro dos prazos legais. Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do risco de mercado, foram observadas as referências estabelecidas na Política de Investimentos, que estima a perda máxima de um investimento ou portfólio dentro de um período e nível de confiança definidos, sendo: VaR no mês de 1,21% para o segmento de renda fixa (limite de 1,29%); VaR no mês de 5,97% para o segmento de renda variável, estruturados e exterior (limite de 6,44%). O VaR consolidado (95,0%, 21 dias úteis) atingiu 1,65%, superando o limite de 1,27%. O desenquadramento do VaR consolidado no mês (1,65% frente ao limite de 1,27%) foi pontual. Essa avaliação leva em conta que no cenário nacional, o mês de maio de 2026 foi marcado pelo crescimento do PIB acima das projeções, puxado pelo consumo das famílias. Contudo, a inflação (IPCA) registrou alta de 0,58%,

estourando o teto da meta anual e gerando pressão sobre o Banco Central para a manutenção da taxa Selic em patamares elevados. O mercado financeiro elevou as projeções de juros, refletindo a cautela com o cenário fiscal e o custo de vida. No plano internacional, a atividade global seguiu em ritmo moderado, com os Estados Unidos e a Europa enfrentando desafios para consolidar a queda de suas inflações e iniciar cortes de juros. A volatilidade das commodities e as tensões geopolíticas globais mantiveram o dólar pressionado perante as moedas de países emergentes. Esse panorama externo exigiu postura defensiva dos investidores locais, enquanto o mercado interno buscou se ajustar ao balanço entre o avanço produtivo e o risco inflacionário, resultando em um risco consolidado temporariamente superior ao limite estipulado. Os membros do Comitê de Investimentos avaliaram tais oscilações como sazonais e pontuais. Tendo em vista a ausência de exposição excessiva a riscos, deliberou-se pelo não acionamento do plano de contingência previsto na Política de Investimentos. Após análise, os membros constataram que os recursos permanecem alocados em conformidade com a legislação vigente, em aderência à Política de Investimentos e performando em linha com o mercado. Diante do exposto, manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis à aprovação.

Quanto à alocação de recursos novos, o assessor de investimentos sugeriu aplicar em ativos de curso prazo evitando assim o risco da marcação a mercado, aproveitando a rentabilidade elevada do cenário de juros atual. Para o longo prazo, sugeriu a manutenção da posição. Quanto aos recursos aplicados no exterior, sugeriu-se o desinvestimento gradual da posição, visando o adequado alinhamento aos critérios da Resolução CMN nº 5.272/25. Diante disso, os membros do Comitê manifestaram-se, por unanimidade, no sentido de executar a referida estratégia de desinvestimento gradual de forma a sanar o desenquadramento dentro do prazo regulamentar de transição de 2 (dois) anos. Com relação aos recursos aplicados em renda variável, sugeriu manter a posição. Após avaliar as análises apresentadas pelo assessor de investimentos, o Comitê deliberou, por unanimidade, pela aprovação das estratégias recomendadas e ainda, de não realizar realocações táticas nesse momento.

Dando continuidade ao assunto tratado na reunião anterior o Presidente informou ao colegiado a realização da videoconferência com o corpo técnico da Secretaria de Previdência. Diante dos esclarecimentos prestados foi confirmada a necessidade de alteração no documento vigente. Nesta oportunidade, os membros do Comitê efetuaram a revisão do documento, que foi validada pelo colegiado. Seguindo o rito legal, a proposta será encaminhada ao Conselho Fiscal para ciência e, posteriormente, ao Conselho Administrativo para deliberação e aprovação final. Na sequência, o comitê retomou o assunto sobre o possível encerramento do contrato com a consultoria financeira, cuja vigência expirará em 17/06/2026. Foi informado ao colegiado que a área administrativa da Prev já iniciou um novo processo para a contratação de empresa para prestação do serviço de assessoria financeira. Nesse sentido, os membros registraram que o comitê continuará acompanhando o andamento desse processo, reforçando a necessidade de acompanhar essa situação para evitar riscos e garantir que as atividades do comitê não sejam prejudicadas.

O Presidente franqueou a palavra e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 12 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

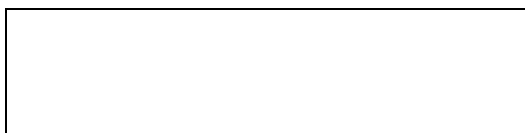
Assim sendo os Membros do Comitê de Investimentos, após análise do relatório apresentado, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, desta forma encaminha-se o presente ao Conselho Fiscal com parecer pela sua APROVAÇÃO.



LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê



IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente



IVO CETNARSKI
Membro

AUSENTE



KEYLLA CRISTINA P. DE MORAIS
Membro



PAULO CÉSAR MAGNUSKEI
Membro